

JORNAL de

Penhas

- 1 *Virtú e fortuna* em 10 presidentes do Brasil 3
Luiz Paulo Rouanet
- 2 Caminhos para a decisão 9
Paula Gabriela Mendes Lima
- 3 A ação política e o sábio homem 14
Natalia Maruyama
- 4 Campanella: um sobrevivente na época da Inquisição 20
Milton Meira do Nascimento
- 5 A história da ficção moderna e a teoria da narração 27
Luiz Felipe Netto de Andrade e Silva Sahd
- 6 Diante da barbárie a primeira vítima é a lucidez 37
Ricardo José de Almeida
- 7 Hanseníase no Brasil e na Índia 41
Jozélio Freire de Carvalho

NOTA DO EDITOR

A partir da edição de n. 119, o **Jornal de Resenhas** passou a ser editado somente na versão digital, por intermédio de uma parceria da Discurso Editorial com a República do Livro.

As resenhas publicadas são enviadas pelos autores, submetidas à análise e aceitas pelo Conselho Editorial.

O conteúdo das resenhas é de responsabilidade única dos seus autores.

As matérias publicadas aqui também se encontram em www.jornalderesenas.com.br.

CONSELHO EDITORIAL

André Vitor Singer (USP)

Ildeu de Castro Moreira (UFRI)

Fernando Antonio Pinheiro Filho (USP)

José Castilho Marques Neto (UNESP)

Laura de Mello e Souza (USP)

Luiz Fernando Franklin de Mattos (USP)

Milton Meira do Nascimento (USP)

Ricardo Musse (USP)

Samuel Titan Jr. (USP)

Sérgio Miceli (USP)

Wander Melo Miranda (UFMG)

EDITOR RESPONSÁVEL

Milton Meira do Nascimento

Contato: editorial@jornalderesenas.com.br

Direção de arte e diagramação

Marcelo Girard

Logotipo

Amilcar de Castro

Projeto gráfico original

Eliane Stephan

Desenvolvimento original

Fernando Caro



discurso editorial

DISCURSO EDITORIAL

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315

Cidade Universitária, Butantã

CEP 05508-010, São Paulo-SP

Telefone: (11) 3091-0079

e-mail: editorial@jornalderesenas.com.br

ISSN 1984-6282 _ Julho de 2023



MAQUIAVEL, A DEMOCRACIA E O BRASIL

Renato Janine Ribeiro

ESTAÇÃO LIBERDADE/SESC, 2022, 160 p.

Virtù e fortuna em 10 presidentes do Brasil

Neste livro, Renato Janine Ribeiro¹ parte de dois conceitos centrais de Maquiavel, em *O príncipe*, que são os conceitos de *virtù* e *fortuna*, para analisar, entre outros aspectos da democracia no Brasil, o percurso de dez ex-presidentes do Brasil. São eles, pela ordem em que são analisados: José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva, Dilma Roussef, Michel Temer, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitscheck e Jair Bolsonaro (lembrando que o livro foi publicado antes do término da eleição de 2022, em que Lula foi eleito).

Nos cinco capítulos anteriores, incluindo o preâmbulo, o autor como que prepara essa análise dos ex-presidentes, tratando da questão da legitimidade do governante, a partir do modo como chega ao poder. Para os leitores familiarizados com a leitura de *O príncipe*, trata-se de distinção

¹ Renato Janine Ribeiro foi Ministro de Estado da Educação, de 6 de abril a 5 de outubro de 2015. É presidente da SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência desde julho de 2021, com mandato até 2023. Desde 1994, é professor titular da Universidade de São Paulo, na disciplina de Ética e Filosofia Política. Seu currículo completo pode ser acessado em: <http://lattes.cnpq.br/9987610379141827>.

introduzida por Maquiavel entre governantes (ou príncipes) que herdaram o poder e governantes (ou príncipes) novos. Assim, diz ele no Capítulo 1: “Todos os estados [*sic*], todos os domínios que tiveram e têm poder sobre os homens foram e são ou repúblicas ou principados. Os principados são hereditários – nos quais o sangue de seu senhor vem governando há longo tempo – ou são novos.”²

Maquiavel pode ser lido, e tem sido lido, em dupla chave interpretativa, seja como manual para o governante (príncipe), seja como manual para o povo, para saber como se comporta o governante (príncipe). Daqui por diante, como falamos de uma democracia contemporânea, iremos substituir príncipe por governante. Quanto a saber se Maquiavel defende o governante ou o povo, esta é uma questão controversa. Pode-se consultar a respeito o excelente *Maquiavel republicano*, de Newton Bignotto.³ Em todo caso, Renato Janine, como Maquiavel, analisa apenas o segundo tipo de governante, isto é, o novo.

Vale a pena, para o leitor não especializado, recordar o que são os conceitos de *virtù* e *fortuna*, já aludidos. O primeiro termo, embora possa ser traduzido literalmente por “virtude”, é usualmente mantido em italiano, pois não se trata meramente de uma virtude moral, seja em sentido cristão, seja em outro. Aproxima-se mais do conceito grego de aretê, e que é objeto de discussão de Sócrates, especialmente no *Protágoras*, de Platão. Ali, Sócrates e o mestre da sofística Protágoras discutem sobre a questão: a virtude pode ser ensinada? Parte da discussão gira em torno da ambiguidade do conceito de virtude (aretê), o primeiro entendendo a palavra no sentido de “excelência”, o segundo no sentido de qualidade moral. Sócrates defende que a virtude não pode ser ensinada, enquanto Protágoras diz que ela pode ser transmitida. Ao final do diálogo, as posições se invertem.

2 Maquiavel, Nicolau *O príncipe*. Trad. Maria Lúcia Goldwasser, 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 3.

3 Bignotto, Newton, *Maquiavel republicano*. 2ª. ed. São Paulo: Loyola, 1991.

Assim, *virtù* significaria a aretê no primeiro sentido, ou seja, naquele de uma destreza, ou habilidade, em executar determinada ação, como por exemplo, tocar flauta, esculpir, adestrar cavalos, guerrear e assim por diante. É nesse sentido que Maquiavel se refere à *virtù* de Cesare Borgia, seu principal exemplo. Não que o famoso condottiere fosse virtuoso em um sentido moral – longe disso –, mas ele apresentava qualidades como líder que o habilitariam a manter o poder, não fosse a força da *fortuna*. No auge de seu poder, quando está prestes a conquistar e unificar boa parte do que hoje se conhece como Itália, morre, possivelmente envenenado. Então, nesse sentido, Cesare Bórgia teve *virtù*, mas não teve *fortuna*.

Então, lançando mão desse arsenal teórico, Renato Janine examina alguns dos governantes civis que ocuparam a Presidência do Brasil, acima nomeados.

Em primeiro lugar, José Sarney, em um golpe de *fortuna* – ou de azar, conforme a perspectiva – assume a Presidência devido à morte de Tancredo Neves, ocorrida antes de sua posse. Aliás, diga-se de passagem, isto levanta uma questão, que deixo para os constitucionalistas, a de saber se ele poderia assumir ou teria que ser feita nova eleição. Uma vez que Tancredo foi o primeiro Presidente, eleito indiretamente (pelo colégio eleitoral), talvez se tratasse de uma situação excepcional. Em 1984, o país ansiava por um governo civil, depois de vinte anos de ditadura. Mas voltando a Sarney, este pegou um país em crise, principalmente econômica. A inflação chegou a alcançar 80% ao mês! Um observador estrangeiro observou: “Realmente, 80% ao ano é preocupante”. Ao que o interlocutor respondeu: “Não, 80% ao mês!”. Foram feitas tentativas de debelar a inflação, a moeda foi alterada. A população foi convocada a fiscalizar os preços, transformando-se nos “fiscais de Sarney”.

Então, Sarney chegou ao poder por um golpe da *fortuna*. Mas teve *virtù* no exercício do poder? É uma questão difícil que Renato Janine se coloca. Se teve *virtù*, e indubitavelmente teve alguma, tanto que conseguiu se

perpetuar na política graças a essa passagem pela presidência, depois de ter sido líder do partido Arena, representante da direita durante a ditadura, esta não foi suficiente. Após analisar essa delicada questão, o autor conclui: “Sarney, então, teve *virtù*, ocorre apenas que ela não foi suficiente para uma conjuntura difícil demais. *Virtù* se quantifica, essa é a nossa hipótese” (p. 104).

Quanto a Fernando Collor, este teve *virtù* para chegar ao poder, colocando-se como a alternativa vitoriosa no quadro eleitoral, intitulado-se “caçador de marajás”, não teve *virtù* para se manter no poder. Enfrentando também um quadro econômico desfavorável, mostrando-se imaturo para o exercício da presidência, com demonstrações de excelência desportiva, mas não propriamente como governante – o que, obviamente, remete ao último governante dessa série. Em um quadro econômico bastante desfavorável, depois de ter tentado derrubar a inflação “com um tiro só”, logo no início do mandato, acabou saindo do governo diante de acusações vindas de sua própria família.

O governante seguinte, de perfil discreto, também assumiu o governo graças à *fortuna*, no caso, o *impeachment* de Collor. Teve *virtù* também, pelo menos o suficiente para levar seu mandato ao termo, debelar a inflação, por meio de seu ministro, Fernando Henrique Cardoso, o qual foi também seu sucessor. Retrospectivamente, o governo de Itamar, resguardados seus aspectos peculiares, como a defesa da volta do Fusca, uma espécie de “nacionalismo mineiro”, foi um bom governo, que conseguiu efetuar uma transição entre uma época tumultuada, do ponto de vista político e econômico, para um período de relativa estabilidade, que se obteve a partir de FHC e de Lula.

Fernando Henrique, ainda na análise de Janine, demonstrou *virtù* tanto na chegada ao poder quanto no exercício da presidência. Discordo que ele tenha “desglamurizado” o exercício da presidência, utilizando palavras simples e adotando uma postura informal. Pelo contrário, penso que tinha

postura de estadista, no verdadeiro sentido da palavra – pelo menos naquele de John Rawls, para quem “o estadista pensa nas próximas gerações”. Mas estou de acordo quanto à avaliação de que FHC demonstrou *virtù* tanto para chegar ao poder quanto para mantê-lo, embora se possa questionar se demonstrou “virtude” no sentido moral. Durante seu mandato, ficou claro que, muitas vezes, a amizade deve ceder o lugar às necessidades políticas. Trata-se de uma característica da modernidade, na qual essas duas esferas, a privada e a pública, não precisam se confundir. Uma metáfora desse comportamento, ainda que se tratasse de um acidente, foi o episódio em que o carro de FHC passa em cima do pé de José Serra, seu amigo e rival na disputa pela Presidência (p. 111-112).

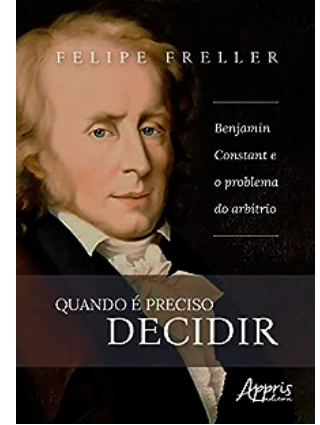
Seu sucessor, o ex-metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva, ainda na visão de Janine, teve *virtù* tanto para chegar a presidência – e foram vinte anos de disputas em que Lula buscou esse objetivo – quanto para mantê-la, mesmo após o escândalo do “Mensalão”, após o que foi reeleito e ainda fez sua sucessora, Dilma Roussef. Em seu primeiro mandato, o governo de Lula realizou algo que era impensável para minha geração: o Brasil deixou de ser devedor da dívida externa. Durante boa parte dos anos 70 e 80, a dívida externa era considerada impagável e se falava em moratória. De repente, por volta do segundo ano do mandato de Lula, os jornais revelam que o Brasil não é mais devedor da dívida externa. Foi um feito notável. Se, durante a campanha eleitoral, tinha-se “medo” de que Lula tivesse uma política econômica irresponsável, surpreendentemente adotou uma política ortodoxa e conseguiu estabilizar o país. Não só isso, os índices de pobreza e desigualdade, que vinham caindo desde 2000 (ano em que se tinha cerca de 33% da população abaixo da linha da pobreza), chegaram a patamares bem inferiores. A pobreza absoluta caiu para índices inferiores a 8%, chegando a 4% em seu auge.

Talvez esse sucesso tenha gerado excesso de confiança em Lula, que confiou que poderia eleger qualquer pessoa para o cargo. E, de fato, sua candidata, Dilma Roussef foi eleita como sua sucessora. De perfil mais

discreto, de “gerente”, talvez tenha sido alçada a um cargo acima de sua competência e temperamento. Não descarto, também, a possibilidade de ter havido misoginia no processo que levou a seu desgaste e consequente *impeachment*, no início de seu segundo mandato. Teve *virtù* suficiente para ser reeleita, mas não para se manter no poder na segunda vez. Independente da avaliação se foi um golpe ou uma destituição legal (Dilma foi inocentada, posteriormente, das acusações de “pedaladas” fiscais, o pretexto para sua destituição), estou convencido de que os fatores que levam a um *impeachment* são dois: políticos e econômicos. Nesse sentido, pode-se remeter à célebre máxima: “é a economia, estúpido!”. No caso de Dilma, tratou-se de uma combinação de ambos os fatores. Dilma foi inábil para dialogar seja com o congresso, seja com seus subordinados (a exemplo da ruptura com Temer), e, além disso, enfrentou uma situação de descontrole econômico, associado a denúncias de corrupção na Petrobrás e em outros órgãos, não nos esqueçamos disso. Nesse caso, a discussão sobre a “legalidade” de sua deposição vira uma questão vencida. Em resumo, Dilma chegou ao poder pela *fortuna* (de outros, aliás; veja-se capítulo VII de *O príncipe*) e demonstra *virtù* para se manter no poder durante o primeiro mandato, mas não para terminar seu segundo mandato).

Por uma questão de espaço, e para deixar o leitor se remeter ao livro de Renato Janine, de fácil e agradável leitura, não examinarei os casos dos presidentes que faltam: Temer, Vargas, JK e Bolsonaro. Para terminar, gostaria de elogiar a iniciativa, cada vez mais frequente, de livros autorais por parte de filósofos analisando conjunturas atuais. Newton Bignotto, de quem já falamos aqui, é outro exemplo de intelectual que não se furta à necessidade de analisar os tempos presente.

Luiz Paulo Rouanet
é Professor da UFSJ



**QUANDO É PRECISO DECIDIR
- BENJAMIN CONSTANT E O PROBLEMA DO ARBÍTRIO**

Felipe Freller

EDITORA APPRIS, 2021, 324 p.

Caminhos para a decisão

As teorias políticas e as filosofias políticas francesas do início do século XIX, representadas especialmente por autores como Chateaubriand, Guizot, Staël, Tocqueville e Constant, influenciaram as práticas sociais e políticas da nossa atualidade, mas se trata de uma linguagem ainda pouco explorada pelos pesquisadores brasileiros. O livro de Felipe Freller *Quando é preciso decidir – Benjamin Constant e o Problema do Arbítrio* visa contribuir com essa lacuna ao apresentar o pensamento de Constant, reavaliando as representações de algumas de suas obras, contextualizando-as e dando voz a esse filósofo, tanto em diálogo com pensadores clássicos como Maquiavel, Rousseau e Locke, quanto com intérpretes contemporâneos.

Freller percorre textos fundamentais da obra de Constant, esclarecendo o contexto intelectual e social com o qual o filósofo buscava intervir. Nesse percurso, o autor foca no que ele denomina como problema do arbítrio e da decisão, questão fundamental a ser enfrentada em face da experiência política do nosso tempo. Seguindo o pensamento de Constant, considera-se o arbítrio como a decisão que decorre de lacunas das leis e não é determinada

por princípios gerais, ou seja, trata-se de uma determinação prática realizada em face da contingência política e das situações particulares.

No decorrer da leitura do livro, foi perceptível a aproximação da questão de Felipe Freller à investigação clássica sobre o decisionismo proposta por Carl Schmitt. Schmitt é uma referência essencial para a compreensão da semântica do decisionismo e é um teórico político fundamental para pensarmos sobre as condições de decisão em contextos de normalidade e exceção. Freller não se escusa do diálogo com o teórico alemão, mas percorre o tema da decisão e do arbítrio a partir de outros pressupostos teóricos, caracterizados como decisionismo moderado, o que é mais uma de sua singular contribuição para o debate intelectual brasileiro.

O trabalho de Freller é “erudito, claro e imparcial”, como diz Pierre Manent no prefácio da obra, e traz luz para o tema do arbítrio e a decisão não apenas como questões afetas ao estudo da soberania e da decisão jurídica. Seu trabalho perpassa pela compreensão de outros fenômenos, como os complexos períodos históricos do Diretório, o fim do Terror e o golpe de Estado de Frutidor, bem como pela apreensão de tradições teóricas como o liberalismo de ordem, o republicanismo do início do século XIX, a monarquia constitucional etc. Esse caminho original é apresentado a partir de leituras finas, profundas e sistematizadas do pensamento de Benjamin Constant.

Freller propõe que o arbítrio é o “verdadeiro *problema* político que Constant procura enfrentar ao longo da sua vida” e, fundamentando essa hipótese central, o autor confronta leituras do pensamento desse filósofo, as quais o posicionam apenas como um teórico que rejeita o arbítrio, bem como leituras sobre o poder neutro e outras que insistem na instabilidade teórica desse pensador. Parece que, em que pese não haver uma defesa da unidade do pensamento de Constant, Felipe reforça a existência de uma teoria política consistente em Constant que influencia a política moderna.

No Capítulo 1, o autor analisa o problema do arbítrio no período do

Diretório (1795-1797). Trata-se da análise do pensamento de um jovem Constant que quer salvar a República, sendo as medidas arbitrárias estratégias temerárias em face do contexto de uma Revolução Francesa que não estava terminada e havia o perigo da reação. Nesse capítulo, Felipe Freller faz uma breve apresentação da história precedente do arbítrio no âmbito da filosofia política, focando no diálogo com Locke e Rousseau, e descreve as precárias bases do governo revolucionário no período que decorre até o estabelecimento de uma nova ordem constitucional, momento em que Constant e Madame de Staël chegam em Paris. Ambos irão realizar um grande debate político sobre a nova Constituição e sobre as ideias de Roederer, Lezay-Marnésia e Necker, que inspiram o liberalismo da ordem e associam a garantia da ordem e a força do Executivo.

Freller nos mostra como Constant enfrentou essas ideias, levantando o problema do arbítrio, defendendo a independência da República em relação à maioria nacional e o problema da soberania do povo. Neste primeiro contexto, afirma o autor, Constant rejeita a possibilidade do arbítrio e se compromete com as formas legais, pois para o filósofo seria a solução possível para frear eventuais tendências despóticas.

No capítulo 2, tem-se os reflexos do golpe do 18 Frutidor e Constant percebe a necessidade de mudar os seus discursos sobre o problema do arbítrio. O filósofo irá reformular e complexar o seu pensamento para incorporar o arbítrio na autoridade discricionária do poder neutro. Propõe-se um desenho constitucional que irá amparar um sistema político institucionalizado capaz de neutralizar o arbítrio.

Destaco, nesse capítulo, a análise dedicada de Freller em relação ao pensamento de Madame de Staël, que é uma grande interlocutora de Constant e que merece ser evidenciada nas análises sobre o pensamento do filósofo. O autor expõe pontos de aproximação e de debates entre eles, demonstrando a afinidade intelectual e a preocupação de ambos com a política estabelecida na França. Considerando Madame de Staël, bem como

reflexões de Roederer, Sieyès e Necker, Benjamin Constant caminha para a defesa da incorporação institucional do arbítrio por uma autoridade discricionária com funções preservadoras do sistema constitucional e político proposto.

No Capítulo 3, Freller demonstra uma nova virada no pensamento de Constant, especialmente a partir da leitura do lugar do arbítrio na obra *Principes de politique applicables à tous les gouvernements*, escrito em 1806, período em que se tem o fim da República e a filiação de Constant a uma filosofia liberal que prioriza liberdades individuais. O autor analisa com calma essa obra de Constant, concluindo que o filósofo considera a insuficiência da lei para a garantia da liberdade, introduzindo novas instâncias de decisão para além do poder neutro. Ele discute a instituição do júri e o direito de graça, encontrando um arbítrio fundado em decisões alicerçadas em julgamentos morais. Essas decisões são postas como competência dos membros da comunidade política e o arbítrio, e, assim, passam a compor a esfera do julgamento moral individual, o que suscita fundamentos para uma desobediência civil.

O capítulo 4, descreve a relação do pensamento de Constant com o advento da monarquia constitucional a partir de 1814. Ele apoia essa monarquia, mas propõe debater a sua natureza. O filósofo realiza este debate escrevendo um projeto constitucional que será adotado por Napoleão. Afirma Freller que a nova constitucional teria o apelido de “la Benjamine”. Nesse novo modelo constitucional o arbítrio seria concentrado em um poder neutro, a quem cabe frear os demais poderes em face das ofensas ao texto constitucional. Além disso, define-se o arbítrio como uma categoria política estabelecida no interior do arcabouço constitucional, na forma de julgamento moral individual.

O percurso de *Quando é preciso decidir – Benjamin Constant e o Problema do Arbítrio* demonstra que não há solução total para questões que tangem a contingência política, mas é claro nessa obra que Constant

é um teórico político que busca possíveis soluções para o seu contexto político e, a partir de suas soluções, torna explícitas as possibilidades para ressignificarmos a questão da decisão e do arbítrio nas sociedades modernas. Felipe Freller, nessa obra, inscreve Constant como um autor essencial para a repensar o tema do arbítrio e da decisão, elucidando a consistência de um decisionismo moderado. Trata-se de uma hipótese original e defendida com primor, o que justifica a sua premiação no Prêmio Capes de Tese de 2021 da área de Ciências Política e Relações Internacionais, com o Grande Prêmio Capes de Tese de 2021 da área de Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes e Ciências Sociais Aplicadas e com Menção Honrosa no Prêmio Tese Destaque USO – 10^a edição (Grande Área: Ciências Humanas).

Paula Gabriela Mendes Lima
é professora de Filosofia integrante do PPGIDH/UFG
e doutora em Filosofia Política pela UFMG.



A FARSA DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Milton Meira do Nascimento

DISCURSO EDITORIAL, 2016, 224 p.

A ação política e o sábio homem

Para que serve o estudo da filosofia política hoje? O engajamento dos intelectuais não parece assegurar a vida da democracia. Debates públicos, artigos acadêmicos, resenhas críticas, palavras transformadoras, ações conscientes e esclarecidas, de que mais precisamos?

Os conceitos examinados nesse livro são de Jean-Jacques Rousseau, filósofo combativo e original que viveu na França antiga, quero dizer, anterior à Revolução.

Encontrei numa biblioteca francesa de pequeno porte esta divisão nas estantes de livros: de um lado, o que vem antes, de outro, o que vem depois da Revolução de 1789, ano da tomada da Bastilha. É como se o povo nas ruas, decidindo sobre o futuro das civilizações, combatendo o Antigo Regime, subvertendo a ordem dos senhores proprietários dos antigos feudos, se erigisse em marco zero da comunidade política mundial.

A ênfase no pensamento de Rousseau não é casual. Milton M. do Nascimento considera importante analisar a comunidade política e trazer diagnósticos sobre a situação política concreta a partir dos conceitos

filosóficos. Seu foco recai sobre a teoria do contrato social, pela qual se instaura uma nova ordem, a ordem dos princípios do direito político.

Será isso suficiente para a ação política?

Segundo o autor, o estudo da filosofia política serve como escala de medida, facilitando a tarefa da ação política, mas sem pretender aplicar os conceitos como uma camisa-de-força ou algo absoluto e inalterável.

Com os princípios do direito político examinados, não se tem pretensão objetivista, como ocorria com o antigo direito natural, nem tem base na autoridade religiosa, afastando o estatuto divino que se conferia ao poder do rei e à sua vontade.

Não há subterfúgios. É como se, entre o indivíduo e a sociedade política, nada pudesse se interpor. A autoridade pertence ao indivíduo, a cada um de nós: quando reunidos somos povo, tomados isoladamente, cidadãos.

Milton Meira do Nascimento é filósofo político e jornalista, professor aposentado da USP no Departamento de Filosofia, sempre ativo no mercado editorial e nos debates entre acadêmicos.

Resultam suas ideias de um método de leitura e interpretação de texto que é primoroso. Rigor, clareza e objetividade são suas principais qualidades. Sempre se tratou, antes de tudo, de fazer uma análise interna da obra estudada. Sendo assim, na maior parte desses textos do Prof. Milton Meira do Nascimento, encontramos apresentação de conceitos e explicitação de estruturas e esquemas conceituais.

A divisão principal de suas ideias, seguindo a trilha de J.-J. Rousseau, reside na distinção entre plano do direito e plano do fato. Assim, o esquema é claro. De um lado, do ponto de vista do direito, temos os conceitos filosóficos, muitas vezes, considerados por demais abstratos, como os de vontade geral, soberania, liberdade metafísica, pacto da alienação total, cidadão, corpo político, direito político, direito natural, leis fundamentais etc.

De outro lado, do ponto de vista do fato, que o autor considera também como plano do concreto, da realidade, da sociedade empírica, temos tudo o mais que se encontra na vida política “como ela é”: despotismo, usurpação, leis, dominação, povo, poder, terror, governo, opinião pública, reforma dos costumes, democracia, pacto proposto pelo rico e assim por diante.

“Ordem da harmonia”, “ordem dos conflitos”, “forma” e “matéria”. Seriam esses pares conceituais reflexos da diferença entre, de um lado, as ideias e conceitos e, de outro, as ações e a vida política? Não exatamente. Esses dois planos se interpõem, ambos pertencem à realidade empírica, ao plano das ações na vida concreta.

Deixemos, pois, de lado os esquemas, pouco servem hoje à ação.

Os objetivos de Milton M. do Nascimento nessa coletânea de artigos científicos e ensaios filosóficos é lançar luz sobre questões fundamentais da filosofia política que impactam na vida de todos nós hoje. Centrado na polêmica sobre a representação na obra de Rousseau, os textos nos levam a considerar o que está em jogo no exercício da soberania, como se dá efetivamente a participação ativa na vida política.

A soberania é inalienável, o que por si mesmo gera desconfiança quanto à possibilidade de representantes políticos atenderem de fato as demandas voltadas aos interesses coletivos. Cabe à redação das leis e ao debate público aproximar teoria e prática, ação política e princípios do direito.

Não há liberdade possível fora do Estado, sem a união das forças na comunidade política, sem a fixação da vontade geral nas leis fundamentais. O dinamismo nas leis fundamentais acompanha, de certo modo, os movimentos na vida concreta. É repensado e recriado incessantemente o bem comum e, por consequência, a vontade geral, da qual aquele é objeto. As leis são dinâmicas, acompanham a evolução dos tempos. Os corpos políticos mudam, crescem e perecem.

É preciso acompanhar as mudanças sucessivas por que passam as

sociedades para bem fixar sua vontade, a vontade geral, nas leis e nos costumes. Não há receita do bolo. Trata-se para o autor de reforçar a importância da participação popular nas questões mais fundamentais de interesse comum. O estímulo ao debate público seria, por assim dizer, a grande missão dos intelectuais e jornalistas, do escritor político e do filósofo político.

Outra boa motivação para ler esse livro são os fatos em cena: a Revolução Francesa e seu desvio de 1793, a querela da introdução do teatro em Genebra, a oposição a todo espírito de clube por parte do chamado Círculo Social (outra especialidade de Milton M. do Nascimento), as edições de jornais da época, como o *La Bouche de Fer*, considerado como a voz do povo, ou o *La Chronique du Mois*, a criação da Confederação Universal dos Amigos da Verdade, os comentários sobre o Contrato Social no Palais Royal, a admiração de Robespierre por Rousseau, o trajeto das cinzas de Rousseau ao Panthéon, enfim, toda a simbologia, os estudos e discursos relacionados à luta contra o Antigo Regime, contra a opressão, que fazem também a força dessa coletânea de Milton M. do Nascimento.

Sua erudição é incrível. Mais de 100 autores citados, entre estudiosos anteriores e filósofos clássicos, por exemplo: Salinas Fortes, Hobbes, Voltaire, Proudhon, Marx, Goldschmidt, Diderot, Aristóteles, Pufendorf, Grotius, Jean Bodin, Maquiavel, Althusser, Derathé, Montesquieu, Lebrun, Michel Launay, Condorcet, Tocqueville, Hannah Arendt, Baczko, Barbeyrac, Binoche, Beyssade, Ernst Bloch, Bourdieu, Burke, Burlamaqui, Cassirer, Darnton, Foucault, Goulemot, Goyard-Fabre, Hochart, Pierre Manent, Masters, Mauzi, Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento, Polin, Bento Prado Jr., Proust, Starobinski, L. Strauss, Tuck, Villey, para restringir a listas aos mais conhecidos.

Há uma longa tradição de interpretações da obra do filósofo genebrino. Sobre a teoria do contrato social, nomes de peso, como L. Althusser, G. Lebrun, Jean-Fabien Spitz. Nesta trajetória, que é coletiva, Milton M. do

Nascimento sempre foi original na leitura dos textos de Rousseau, uma autoridade no assunto.

Em suas ideias percebe-se uma valorização da força das palavras na luta e engajamento dos intelectuais e jornalistas por uma sociedade mais justa e melhor organizada. Por isso mesmo, pela riqueza de referências e interpretações, pela quantidade de nomes e obras citadas, relendo hoje toda a coletânea, senti a ausência de referências à nossa comunidade acadêmica, sim, a de hoje, que forma a materialidade e a tecitura deste real que hoje vivemos.

Nos diálogos com colegas e alunos do Departamento de Filosofia e de outras áreas, não apenas na USP, mas em Universidades espalhadas por todo o Brasil, indo para outros países e continentes, na promoção do debate de ideias, organização e participação em palestras, estímulo aos grupos de estudos, Milton Meira do Nascimento sempre foi vanguarda.

Não poderia deixar de citar, então, seus vários alunos que continuam e alimentam o debate público. Porém, sob o risco de esquecer alguns nomes, restrinjo-me a retomar algumas palavras de Thiago Vargas, sob indicação de Thomaz Kawauche. Ambos fazem parte de uma geração que está ainda, neste momento agora, ralando pela democracia.

Revolução ou reforma política? Eis a questão.

Toda essa diferença entre o plano do direito e o plano do fato, ressaltada por Milton M. do Nascimento, da qual se segue uma decalagem entre o escrever e o agir, leva também à pergunta de Thiago Vargas, “não seria mais uma das contradições com as quais se poderia acusar Rousseau de paradoxal?”

Para responder, recomendo a leitura desse livro do Milton M. do Nascimento e também a edição recém-lançada de *Textos de Intervenção Política*, de Rousseau, com o escrito de apresentação de Thiago Vargas, “Revoluções imperceptíveis: Rousseau e a concretude política”, de onde

retomo as palavras do próprio Rousseau, sobre a Córsega, no final do *Contrato Social*, que muito hoje nos serve: “O valor e a constância com a qual esse bravo povo soube recobrar e defender sua liberdade bem mereceriam que algum sábio homem lhe ensinasse a conservá-la”.

Quem será esse sábio homem?

Natália Maruyama
é doutora pelo departamento de filosofia da USP e
autora de **Rousseau e Helvetius**, dentre outros livros.

A CIDADE DO SOL

Tommaso Campanella

Tradução, estudo e notas de Carlos Berriel

WMF MARTINS FONTES, 2022, 204 p.

Campanella: um sobrevivente na época da Inquisição

Temos a grata satisfação de ter em mãos e apresentar aos nossos leitores o resultado do belíssimo trabalho de comentário, tradução e notas realizado por Carlos Berriel, professor de História Literária da Unicamp, organizador e coordenador do Centro de Pesquisas sobre utopias. Acompanhada de um aparato crítico muito bem documentado, com a apresentação das demais obras de Campanella, das edições em que se apoiou, esta tradução possui um valor inestimável e certamente torna-se referência aos estudiosos sobre as utopias do período renascentista.

A história conturbada de Tommaso Campanella bem que mereceria um filme, pois esse monge dominicano, nascido em Stilo, na Calábria, em 5 de setembro de 1568, viveu poucas e boas e mesmo assim conseguiu passar desta vida para a outra aos 70 anos, em Paris, em 21 de maio de 1639. Como poeta, teólogo, filósofo, astrólogo, possui uma obra vastíssima e é considerado um dos grandes intelectuais da Renascença, ao lado de Galileu e Giordano Bruno. Nascido pobre, porém, dotado de uma inteligência

extraordinária, começou a se destacar logo nos primeiros anos de seu aprendizado. Pelas suas qualidades excepcionais, a família queria que ele fosse estudar direito, mas, aos 14 anos de idade, decidiu entrar para a ordem dos dominicanos, na qual permaneceu até o final da vida. Passou 27 anos preso, acusado de conspiração contra a monarquia espanhola, que, naquela época, ocupava a região da Calábria. E só não foi condenado à morte porque se fingiu de louco, pois os inquisidores não levavam à pena capital aqueles que comprovadamente eram atestados com a marca da loucura. Antes dessa prisão por conspiração, ele já havia sido preso por acusação de heresia, por contrapor-se aos princípios da doutrina aristotélica encampada por Thomas de Aquino. Mais especificamente, por pregar uma filosofia fundada na natureza, contra os princípios abstratos de Aristóteles. Sua prisão por conspiração contra a monarquia espanhola foi a mais longa e deixou nele marcas profundas, principalmente pelo procedimento da tortura, a que foi submetido várias vezes. Sem contar as condições precárias da prisão em que ficou confinado.

Em meio a acusações pesadas e muitas traições de seus companheiros de rebelião, Campanella acabou confessando, porém com algumas nuances importantes, como, por exemplo, o fato de afirmar que queria organizar uma rebelião para unir a cristandade em torno do papa e do rei da Espanha. Evidentemente, tratava-se de uma confissão para livrar-se da condenação, o que não foi suficiente, porque as autoridades civis e eclesiásticas estavam sempre desconfiando dele. Criar uma república comunista, que conseguisse reunir toda a cristandade, atraindo inclusive a adesão dos protestantes, primeiramente com sede nas montanhas da Calábria e depois irradiando-se pelos demais territórios, era a ideia do nosso dominicano rebelde. Mas o que é mais interessante ainda é que, nos primeiros anos de prisão, desta fase, Campanella logo redigiu aquela que se tornaria uma verdadeira obra prima da literatura universal, a *Cidade do Sol*, uma verdadeira república comunista cristã. Já nos autos de sua defesa, antes de redigir a *Cidade do Sol*, Campanella afirma em sua “Primeira linha de defesa”, que “a república cristã, reunindo todas as nações em uma suprema felicidade, sob um único

chefe, vai se tornar efetiva antes do fim do mundo, que, no entanto, está próximo...Os poetas escreveram sobre o século de ouro desejado por eles; os filósofos, sobre o estado perfeito com que sonhavam sem poder realizá-lo; os profetas, sobre a Jerusalém reconstruída na serenidade, na paz e na glória, mas suas promessas não se verificaram. O bom Deus irá realizar os desejos e as promessas dos justos e responder à expectativa universal”. Embora Campanella não se considerasse um milenarista, suas posições às vezes são bem parecidas, pois a ideia de realização da república universal cristã antes do final do mundo que está próximo é típica do pensamento milenarista.

De certa maneira, a construção fracassada de uma república comunista cristã nas montanhas da Calábria é que dará o mote para a construção de sua república ideal na *Cidade do Sol*. Dessa forma, a cidade imaginada erguer-se-á também numa colina, tal como a cidade desejada. Ela divide-se em sete círculos e recintos que recebem os nomes dos 7 planetas que até então se tinha conhecimento da existência. Cada um desses círculos se liga aos outros por intermédio de 4 passagens com 4 portas voltadas para os pontos cardeais. A construção da cidade foi muito bem pensada para se tornar praticamente inexpugnável. Para conquistá-la, os invasores teriam que superar esses 7 círculos, todos eles guarnecidos por defesas de toda sorte, como torres, fossos e máquinas de guerra. No cume da colina ergue-se um templo maravilhoso, com colunas e uma abóbada central, na qual se encontram pintadas estrelas de todas as grandezas, marcadas pelo nome, acompanhadas de três versículos que revelam a influência que cada estrela exerce sobre as coisas terrenas e as vicissitudes humanas. Não nos esqueçamos de que Campanella, além de poeta, filósofo e teólogo, era também astrólogo, pois acreditava piamente na influência dos astros sobre a vida em geral, não só a humana, mas também de todas as outras criaturas e plantas e sobre isso elaborou várias teorias. Tudo na Cidade do Sol é muito bem-organizado, de tal modo a propiciar a todos, desde a mais tenra idade, o acesso aos conhecimentos necessários para a vida, isto é, o conhecimento da realidade astronômica, das ciências em geral e das artes úteis. Sobre as paredes dos muros podemos ver expressões matemáticas,

elementos de geografia, como rios, montanhas, plantas e animais, metais, pedras preciosas, répteis, etc., cada um com seu nome, para que as crianças aprendam tudo isso simplesmente caminhando e olhando para todas essas peças que devem dar conta de todos os conhecimentos necessários para a vida e para a maior felicidade de todos, como se estivéssemos diante de uma enciclopédia ilustrada. Ao contrário da Utopia de Thomas Morus, que se caracteriza por um projeto irrealizável, um lugar distante, a cidade de Campanella parte da convicção de que já houve no passado da humanidade uma felicidade natural que um dia retornará, reunindo toda a humanidade sob a autoridade de uma só autoridade. O retorno dessa felicidade natural já estava anunciado nas estrelas. Por isso mesmo, a organização política da *Cidade do Sol* possui uma estrutura bem peculiar e apropriada aos propósitos desse reencontro da felicidade natural. A autoridade suprema leva o nome do próprio Sol, ou ainda denominado “Metafísico”. E é cercado por três superministros ou príncipes: Pon (Potência), Sin (Sabedoria) e Mor (Amor). Cada um desses príncipes se encarrega de um tipo de atividade. Pon se ocupa com a guerra e a paz, Sin encarrega-se das ciências, das artes em geral e Mor cuida da geração, da educação da farmácia, das culturas, da alimentação e do vestuário. Os demais ministros ou oficiais são todos escolhidos pelos quatro comandantes, por intermédio de uma lista de candidaturas examinadas por um conselho. Tudo é feito por escolha e nada de forma hereditária. Quanto ao mundo do trabalho, todos aprendem todos os ofícios e cada um escolhe aquele com o qual tem mais afinidade.

O ponto alto a destacar na *Cidade do Sol* é a ausência da propriedade privada. Lá, tudo é comum, tudo pertence a todos e cada um recebe o que lhe é necessário para a subsistência e ninguém passa fome. Para justificar essa prática, Campanella lembra os primeiros cristãos, Cristo e os apóstolos e também as comunidades dos monges que vivem muito bem sem propriedade. Nosso autor invoca uma gama enorme dos chamados Pais da Igreja para justificar a defesa da propriedade comum, porém, esbarra numa questão delicada que é a propriedade comum das mulheres. É interessante como Campanella assume uma tradição milenar de que os escravos e as

mulheres também faziam parte da propriedade dos senhores. Se não temos certeza de que os primeiros cristãos praticavam a propriedade comum das mulheres, na Cidade do Sol não só as mulheres fazem parte da propriedade comum, como também os filhos, de tal modo que não existe ali a ideia de família como conhecemos hoje, não existem laços afetivos entre pais e mães e filhos. De tal modo que tudo é comum. Ao colocar também as mulheres como parte da propriedade comunal, Campanella pratica um ato de ousadia extrema. Contraria todas as ortodoxias até então em vigor. Não é à toa que foi durante toda a vida alvo da Inquisição. Ao justificar a partilha comum de todos os bens de que se tem notícia, Campanella propõe um comunismo total, sem dar margem a meias interpretações. O que os solarianos dividiam? Dividiam o conhecimento, os ofícios, a agricultura, os filhos, o cuidado com os enfermos, o culto religioso, embora este fosse conduzido sempre pelo “Metafísico”. E dividiam também as mulheres, num processo altamente organizado. Mas não era uma vida de licenciosidade e promiscuidade, pois o Mor, o responsável pela geração, cuidava de tudo. Para todo processo de união havia regras muito rigorosas a serem seguidas. Citaremos uma passagem desse episódio sobre a propriedade comum das mulheres e sobre a organização das práticas de acasalamento para indicar que Campanella possuía até mesmo um verdadeiro projeto de eugenia. “E assim, estando bem lavados, se dão ao coito a cada três noites; e não se acasalam senão as mulheres grandes e belas com homens grandes e virtuosos, e as gordas com magros, e as magras com gordos, para trazer equilíbrio. À noite, vão os jovens e se recolhem aos leitos, em seguida dormem, conforme ordena o mestre e a mestra. Não se entregam ao coito senão após a digestão, e antes fazem orações, e dispõem de belas estátuas de homens ilustres, que as mulheres admiram. Depois saem à janela, e oram a Deus para que lhes dê uma boa prole. Dormem em duas celas, separados, até a hora em que se devem conjugar, e então a mestra abre a passagem de uma e outra cela. Essa hora é determinada pelo Astrólogo e Médico; e cuidam sempre de escolherem o omento em que Mercúrio e Vênus estejam a oriente do Sol, em casa favorável, e que seja observado bom aspecto em

Júpiter, Saturno e Marte. E da mesma forma o Sol, assim como a Lua, que muitas vezes estão afetos. E, além disso, desejam ter Virgem em ascendente; mas muitas vezes evitam que Saturno e Marte estejam em ângulo, porque todos os quatro ângulos com oposições e quadrantes contaminam, e nesses ângulos está a raiz da força vital e da sorte, dependente da harmonia do todo com as partes”. Se algumas mulheres não engravidam, elas passam para outros parceiros. Se são estéreis, podem servir a outros encontros, mas são discriminadas, pois não serão referenciadas na assembleia de geração, nem na mesa, nem no templo. Se alguém imaginar que a comunidade das mulheres seria sinônimo de orgia está muito enganado. Além disso, na relação entre homens e mulheres, o máximo que poderia haver era amizade pura e simples. Amor paixão nem pensar. A prática sexual com mulheres estéreis e grávidas era permitida para evitar a sodomia, considerada como antinatural e como crime passível de punição severa. No Anexo intitulado “Quarta questão sobre a ótima república”, Campanella explicita a sua afirmação que citamos acima, da seguinte maneira: “Todo pecado contra a natureza destrói o indivíduo ou a espécie, ou é ordenado para a sua destruição, segundo São Tomás: o assassinato, o furto, as rapinas, a fornicação, o adultério, a sodomia são contra a natureza pelo fato de que causam danos ao próximo ou impedem a geração ou, então, são ordenados para isso. Todavia, a comunidade das mulheres não destrói as pessoas e não impede a geração e, portanto, não é contra a ordem natural, mas, vice-versa, resulta mais vantajosa aos indivíduos e à geração e à república, como resulta claro do texto.” O recurso à autoridade de São Tomás e de outros pais da Igreja é recorrente ao longo da obra.

Campanella quer mostrar que a religião não é incompatível com a ciência, que a razão e a fé podem caminhar juntas. Ele professava uma ciência racional fundada na natureza. E esta era considerada como o espelho de Deus, chegando muito próximo ao Deus de Espinosa.

Uma das características que podemos destacar ainda aqui, dentre muitas outras que deixamos de lado para deleite do leitor, que deverá experimentá-

las no decorrer da leitura, é o fato de que na Cidade do Sol não há lugar para as individualidades, não há lugar para o interesse particular, não há lugar para a família como reduto de sentimentos particulares. Tudo é visto em função da comunidade, da totalidade, do interesse comum, da felicidade pública. É como se ali todos fossem irmãos, todos se interessassem por todos e ninguém olhasse para si mesmo e para seus amigos com interesses particulares. O Campanella da Cidade do Sol está na contramão da modernidade, na qual o indivíduo ocupa cada vez mais um lugar de destaque. Está aí um verdadeiro precursor do comunismo utópico, no qual todas as pessoas vivem felizes, no qual todos trabalham para a comunidade como se estivessem trabalhando para si mesmos. Enfim, trata-se de uma verdadeira comunidade de homens virtuosos, de uma verdadeira comunidade de cristãos.

Milton Meira do Nascimento
é professor sênior aposentado do departamento de filosofia da USP.



AS MARGENS DA FICÇÃO

Jacques Rancière

Tradução de Fernando Scheibe

EDITORA 34, 2021, 176 p.

A história da ficção moderna e a teoria da narração

Publicado originalmente em 2017, *As margens da ficção* reúne textos criteriosamente selecionados e ordenados a dar ao livro uma unidade sólida construída em torno de um projeto central, ampliar o projeto iniciado por Jacques Rancière em *A palavra muda. Ensaio sobre as contradições da literatura* (1998) e *A política da literatura* (2007), de uma poética da ficção moderna. Como tal, constitui uma possível introdução ao conjunto maior da vertente estética de sua obra. A noção de poética é tomada de empréstimo da *Poética* de Aristóteles, na qual expõe a teoria das normas de composição do poema como ficção narrativa. Se a poética aristotélica forma “a matriz estável da racionalidade ficcional clássica no Ocidente” (p. 8), a de Rancière pretende, por sua vez, dar conta das transformações que afetaram essa matriz no romance moderno e nas ciências humanas e sociais do século XIX. À vista disso, se em obras como *A partilha do sensível* (2000) ou *O inconsciente estético* (2001), o autor propôs uma releitura do discurso filosófico da estética, sua constituição do regime estético da arte que desestabiliza uma distinção fundamental no Ocidente

e na modernidade, ao estabelecer a superioridade da razão sobre as faculdades sensíveis, *A política da literatura ou O fio perdido. Ensaio sobre a ficção moderna* (2013), Rancière explora uma outra dimensão da estética, a que diz respeito à ficção e às formas da narrativa.

A poética da literatura está, portanto, ligada a uma poética do conhecimento. Isso não significa para nosso autor que “tudo é ficção” (p. 9), mas que as mudanças vividas pela ficção romântica durante o século XIX tiveram um papel primordial na formação do tipo de conhecimento próprio às ciências do homem e da sociedade. Rancière nos lembra em sua introdução ao livro, a forma de narrativa que constituiu as ciências humanas e sociais permanece ligada à estrutura de enredo típica do modelo narrativo de Aristóteles: “Marx, Freud, Braudel nos ensinaram isto, cada um à sua maneira: a boa ciência das ações e dos comportamentos humanos pode ser reconhecida por sua fidelidade às estruturas fundamentais da racionalidade ficcional: a distinção das temporalidades; a relação entre o sabido e o não sabido; e o encadeamento paradoxal das causas e dos efeitos” (p. 8). Encontraremos, portanto, nos textos desses autores os principais elementos da narração aristotélica: *mimesis* ou representação de homens atuantes, sequência causal das ações, aventura que inverte o efeito esperado ou aparente e revela a verdade ao personagem, verossimilhança ou necessidade de encadeamento eventos.

No entanto, a matriz clássica da narrativa ocidental aristotélica experimentou uma revolução estética na virada do século XIX que perturbou permanentemente seus princípios. Nem o historiador da longa duração nem o psicanalista dos sonhos segue o seu modelo. A ficção em Aristóteles era possível com a condição de excluir de seu campo a crônica ou a história. Assim, a narrativa poética delimitou o domínio da causalidade racional das ações, enquanto a narrativa histórica foi empurrada para o da sucessão empírica dos fatos. A poesia narra o que pode necessariamente acontecer a um tipo de homem, a história narra o que acontece aleatoriamente a um determinado homem; a primeira requer

causalmente o possível e o geral, a segunda coleta apenas dados particulares e várias ocorrências no tempo. É precisamente a separação entre poesia e história que é perturbada pela revolução estética. À vista disso, a narrativa moderna abole o privilégio do mundo da ação e dos atores exemplares a quem os eventos acontecem sobre o dos fatos e pessoas comuns a quem nada de especial sucedem. Essa abolição é considerada por Rancière como “o processo essencial que funda ao mesmo tempo a literatura moderna e a ciência social” (p.10).

Mas o desafio à separação tradicional entre a representação de homens ativos e a de homens passivos é feito de “duas maneiras opostas” (p. 10). Por um lado, as ciências humanas e sociais generalizarão a lógica da ficção aristotélica a dos fatos: “é no mundo obscuro da atividade produtiva que reside o princípio da racionalidade que governa as sociedades” (p. 11). Por outro lado, a literatura generalizará a lógica dos fatos para a da ficção: “Em vez de democratizar a razão ficcional aristotélica para incluir toda atividade humana no mundo do saber racional, ela destruiu os seus princípios para abolir os limites que circunscreviam um real próprio à ficção” (p. 11). A partir de então, as ciências humanas e sociais situarão a ação do homem no mundo socioeconômico, enquanto a literatura se dedicará à escrita de momentos, circunstâncias e indivíduos indeterminados. Essa cisão da racionalidade ficcional não apenas distingue a ciência social da literatura, como também divide a própria literatura. É no cerne do romance realista, diz Rancière, que nascem as duas grandes formas da narrativa moderna

Esta dupla partilha da literatura consigo mesma e com as ciências sociais constitui o enquadramento das quatro partes que compõem e organizam os capítulos de *As margens da ficção*. As duas primeiras partes, intituladas “Portas e janelas” e “O limiar da ciência”, analisam respectivamente a relação da ficção clássica com a ficção moderna e da racionalidade ficcional com a racionalidade científica. As duas últimas, “As margens do real” e “A beirada do nada e do tudo”, tratam sucessivamente da relação entre o imaginário e o real e entre a ficção e a democracia. Em suma, Rancière dedica os capítulos

contidos em ambas as partes a explorar as diferentes facetas dessas novas lógicas da ficção.

O capítulo “O Segredo da Mercadoria” (p. 59-74) é um bom exemplo desta iniciativa de Rancière, pois narra e explica os tropos e personificações de algumas passagens de *O Capital* de Marx, justamente para mostrar como opera a matriz de oposições da racionalidade aristotélica, apenas quando aplicada para desvendar o mistério da mercadoria e o funcionamento das forças que são impessoais e opacos ao entendimento humano. Como sugere o texto, o autor coloca no centro de sua análise a famosa subseção de *O Capital* dedicada ao “caráter fetichista da mercadoria e seu segredo”. O fetichismo marxista designa a maneira pela qual os produtores no ato da troca percebem o valor da mercadoria como uma propriedade objetiva desta última que lhes oculta seu caráter social. O resultado é um ser estranho – uma “coisa social”, escreve Marx – que parece dotado de vida própria enquanto é uma coisa inerte e com o poder “mágico” de se trocar por outras mercadorias enquanto seu valor apenas expressa um tipo de relação social entre os homens. Essa ocultação da mercadoria, argumenta Rancière, não é a “mentira que seria preciso desvendar” (p. 60) ou “a ilusão a ser atravessada para descobrir a verdade” (p. 60). Sua manutenção como manifestação paradoxal da verdade é, ao contrário, o próprio objeto da ciência marxista: “O trabalho da ciência não é desencantar o mundo cujos ocupantes estariam perdidos em representações ilusórias. Ele deve, ao contrário, mostrar que o mundo tido por prosaico pelos espíritos sóbrios é na realidade um mundo encantado cuja feitiçaria constitutiva é preciso descobrir” (p. 60). Não é a dissipação das aparências que importa para a ciência de Marx, mas sua condição de *signos* que falam de uma sociedade.

Encontramos aqui a dupla tese de Rancière que ele desenvolve em várias de suas obras: por um lado, as ciências humanas e sociais como a de Marx são ciências hermenêuticas que visam decifrar as leis do mundo social em suas produções ordinárias e cotidianas; por outro lado, seu modelo interpretativo é emprestado da literatura romântica do século XIX, que

se pretendia ser ao mesmo tempo uma ciência da sociedade e uma nova mitologia (Jacques Rancière. *Politique de la littérature*. Paris: Galilée, 2007, p. 29). Marx herda precisamente essas duas dimensões literárias do romance realista: ele formula uma ciência da sociedade como uma “teia de signos” ou linguagem criptografada cuja condição de possibilidade é uma narrativa – *muthos* – que metamorfoseia os objetos da vida cotidiana e trivial em “hieróglifos” do mundo social e suas leis ocultas.

Mas por que transformar uma simples cena de troca em um “teatro de metamorfoses”? (pág. 60). Sobre esse ponto, a resposta de Rancière é categórica: “A análise das contradições e dos sofismas do ser sensível-suprasensível chamado mercadoria é uma máquina de guerra dirigida menos contra a ciência econômica do capitalismo do que contra a liquidação prosaica da exploração capitalista” (p. 62). A “liquidação prosaica” do capitalismo a que alude Rancière e contra a qual Marx direcionaria sua interpretação da mercadoria, nada mais é do que a da “república dos livres produtores sonhada pelos militantes das associações operárias” (p. 62). Este último propunha, de fato, “uma maneira aparentemente mais simples de expulsar ao mesmo tempo a fantasmagoria das trocas mercantis e a relação de exploração que ela exprime” (p. 62). Essa forma mais prosaica dos trabalhadores consistia em abolir a propriedade privada dos meios de produção e em acertar diretamente entre os produtores associados as condições de troca de seus produtos. Isso resultou em um equilíbrio entre o valor de uso dos objetos manufaturados e a remuneração do tempo de trabalho incorporado ao seu valor de troca. “Basta que os produtores de riqueza reconheçam que não há em seus produtos nem mistério nem malefício, mas simplesmente um equilíbrio a realizar” (p.62).

É justamente esse “final feliz” (p.62) do fetichismo da mercadoria que a narrativa marxista liquidaria. Marx não iria simplesmente opor a rigorosa ciência da história à crítica “ingênua” dos produtores associados que ignoram o caráter inescapável do fetichismo na sociedade mercantil. Ele também oporia uma boa ficção a uma má ficção, uma “história trágica”

(p. 63) da mercadoria em que o reconhecimento da verdade é atestado como em Aristóteles na contradição com uma tragicomédia da mercadoria conforme o reconhecimento da verdade é atestada na reconciliação. Em suma, para Marx se trataria de substituir a cena superficial dos trocadores, a dos produtores e trabalhadores militantes que trocam mercadorias sem saber o que são, pela cena real de suas trocas, a da sociedade de mercado, cuja hermenêutica marxista a ciência se propõe a decifrar as contradições estruturais reprimidas pela ideologia dos trocadores.

Outro exemplo significativo do trabalho de Rancière, encontra-se na estreita ligação entre democracia e ficção, que nega ou afirma a capacidade de saber do povo, exemplarmente estudada no capítulo “O momento qualquer” (p. 131-141). O texto pode ser lido como uma síntese da obra. Sua problemática inicial em relação à duplicação da ficção no romance realista foi inspirada nos trabalhos do filósofo marxista George Lukàcs e do filólogo Erich Auerbach sobre o mesmo assunto. Muito antes de Rancière, esses dois autores já haviam percebido no romance realista a dupla lógica narrativa que parecia dividir a ficção moderna em duas narrativas irreduzíveis. Com a exceção de que o primeiro negava esta dualidade onde o segundo não a tematizava.

De fato, em seu livro *Mimesis*, Auerbach afirmou que “o coração do romance realista moderno” era “representar o homem engajado em uma realidade política, econômica e social global em plena evolução” (Éric Auerbach. *Mimèsis*. Paris: Gallimard, 2000, p. 459), mas essa afirmação parecia contrariada pelo último capítulo que saudou na micronarrativa de Virginia Woolf, *Ao farol*, a realização da literatura ocidental e a promessa de “uma vida comum da humanidade na terra” (Éric Auerbach. *Mimèsis*, op. cit., p. 548). Essa lacuna na literatura entre a grande narrativa do homem agindo na realidade social e a pequena narrativa de Woolf de eventos insignificantes, Lukàcs também a apreende para ver nela, ao contrário, um sinal da decadência do romance realista. Onde os autênticos romances realistas de Balzac combinavam uma ação narrativa dos personagens e “a

revelação de um processo social” (p. 132), os romances naturalistas de Zola mostram uma perda da ação romântica e das apostas sociais em favor da descrição e vida interior dos personagens. Embora semelhantes, as análises literárias de Auerbach e Lukács divergem em um ponto crucial: o movimento que realiza a literatura para o primeiro é aquele que a frustra para o segundo. Rancière explica essa inversão pela relação divergente de nossos dois autores com a dimensão democrática da ficção moderna.

O marxismo de Lukács determinaria sua condenação da literatura de Zola na exata medida em que a ciência marxista herdou da poética aristotélica um de seus princípios ficcionais: a hierarquia dos tempos poéticos e históricos. Certamente, como forma de narrativa, a ciência marxiana inverteu a relação de subordinação que prevalecia desde a Poética entre a poesia e a história: “o mundo obscuro da produção e reprodução da vida se torna o mundo da racionalidade causal” (p. 135). Mas “inverter uma oposição ainda é manter seus termos e a estrutura de sua relação” (p. 135). Marx irá, portanto, opor “o tempo dos homens ativos, que apreendem o encadeamento das causas e inscrevem nele seus empreendimentos, ao tempo dos homens passivos, obrigados por sua ocupação material a permanecer na caverna” (p. 135). É justamente essa divisão temporal e existencial que Lukács retoma quando opõe a narrativa do romance autêntico à descrição do romance decadente. E talvez seja a cumplicidade do marxismo com a aristocracia da ficção aristotélica que Auerbach percebe, sugere Rancière, quando resgata a micronarrativa de Virginia Woolf de sua condenação luckacsiana.

O que é aqui resgatado? A radicalidade da ficção moderna. Não aquele que derruba a hierarquia, mas aquele que a abole. Ele também salva os pequenos da ficção que os representava como inferiores para retratá-los como “sujeitos capazes dos sentimentos mais profundos e mais complexos” (p. 136) como o filho do carpinteiro Julien Sorel ou a filha da agricultora Emma Bovary. Finalmente e acima de tudo, ele resgata o que Rancière nomeia de “a revolução democrática da ficção” (p. 137). Esta última, porém,

“não é o grande surgimento das massas no palco da História. Nem por isso ela deixa de ser fiel à definição moderna de revolução: esta é o processo pelo qual aqueles que não eram nada se tornam tudo” (p. 137). O devir “tudo” do anônimo não remete ao tempo da ação e não significa que os antigos figurantes da ficção se tornem os protagonistas da história. Pelo contrário, refere-se a um novo sentido de comunidade onde a suspensão das hierarquias de ação abre um tempo de convivência sem precedentes.

No entanto, adverte Rancière, isso não reivindica nem “a supressão das diferenças em uma universalidade que as transcende nem o reconhecimento de sua coexistência pacífica” (p. 139). A democracia literária procede sempre com a inclusão dos excluídos, mas com “a inclusão violenta numa forma de comunidade sensível daquilo mesmo que a faz explodir” (p. 139). Ela, portanto, desenha uma forma de comunidade que inclui a separação em seu cerne. Essa comunidade de excluídos-incluídos, Rancière descobre, a exemplo de Auerbach, nos romances de Virginia Woolf e suas figuras limítrofes de louco ou idiota que traçam a fronteira entre absurdo e sentido, sofrimento e injustiça, nada e tudo. “Manter-se nessa fronteira, onde vidas que vão despencar no nada se elevam a uma totalidade de tempo e de injustiça, é talvez a política mais profunda da literatura” (p. 149).

Um capítulo particularmente lúcido do livro é aquele dedicado ao romance policial (“As aventuras da causalidade”, p. 75-91), tradição literária popular que tenta trazer ordem ao caos e à indeterminação abertos pelo romance moderno, mas dar conta de um mundo onde não operam mais hierarquias nem o privilégio da ação estratégica da lógica ficcional clássica. Portanto, não é de surpreender que essa tradição tenha dado lugar ao romance *noir* americano no século XX. Essa nova forma acaba por se aproximar do romance naturalista e modernista e se apropriar de muitos de seus artifícios.

O capítulo final intitulado “O desmedido momento” (p. 157-169) é dedicado ao exame das estratégias ficcionais contidas em *Primeiras*

estórias, livro de contos do romancista brasileiro João Guimarães Rosa publicado em 1962. É um conjunto de pequenas peças carregadas de poesia, oralidade estilizada e sempre prontas a frustrar a promessa de intriga. Nessa relutância à aventura, Rancière vê justamente a tarefa que uma importante vertente da literatura moderna assume para si: aceitar o mundo da experiência de seres marginalizados, excluídos das grandes narrativas de poder e reafirmar a capacidade de inventar que é de cada um e todos. É nessa suspensão da intriga que se abre “no intervalo que separa a história do ponto de onde ela vem e para onde retorna: a vida” (p. 157), e isso é captado de forma particularmente exitosa pelo brasileiro, pois segundo Rancière: “é preciso ter vivido a vida – sem história, povoada de histórias – do sertão para saber que a vida não funciona à maneira aristotélica” (p. 159).

Para concluir, *As margens da ficção* concede, apesar de suas transformações, um papel crucial à forma aristotélica da narrativa ficcional na constituição do romance moderno e das ciências humanas e sociais. Os seus livros anteriores insistiam mais na ruptura entre o regime mimético de Aristóteles e o regime estético da arte que se constituía, segundo o nosso autor, no virar do século XIX. A tal ponto que poderíamos qualificar a grande narrativa moderna do romance e da ciência como uma narrativa “neo-aristotélica”. Parece, portanto, que o livro de alguma forma flexiona a posição mais antiga de Rancière sobre o assunto. Por outro lado, a tese do vínculo constitutivo da literatura com as ciências humanas e sociais que perpassou seus demais textos se mantém neste. Ela afirma que a grande narrativa da modernidade ao inventar outra forma de contar os acontecimentos que ocorrem com os personagens de uma história cumpre também uma função política: a de temperar o povo revolucionário. A sociedade, em particular, teria servido como um conceito-chave na filosofia social e na sociologia do século XIX para colocar as pessoas em seu lugar, reconduzindo-as às suas funções de produção e aos modos de ser que lhes correspondiam no corpo social. Encontramos implicitamente a crítica política de Rancière à tradição sociológica francesa e, além disso, ao comunismo revolucionário de Marx. No presente caso, essa crítica assume

os traços de sua estética que opõe os incorporados da macro narrativa aos desencarnados da micronarrativa. Nesse sentido, *As margens da ficção* está em plena sintonia com a reflexão inicial de Rancière (Jacques Rancière. *La Nuit des prolétaires. Archives du rêve ouvrier*. Paris: Fayard, 1981) sobre a emancipação do trabalhador como ruptura na divisão hierárquica da produção e do tempo de criação.

Luiz Felipe Netto de Andrade e Silva Saad
é professor de filosofia da UFCE



RACISMO, SEXISMO E DESIGUALDADE NO BRASIL

Sueli Carneiro

EDITORA SELO NEGRO EDIÇÕES, 2021, 190 p.

Diante da barbárie a primeira vítima é a lucidez

Após período de acentuada negação da verdade factual, da ciência e da cultura, ainda não se pode suspirar, nem à luz das possibilidades de reação que surgem no esperançoso imaginário do público de boa índole. A devassa instituída pelo turbilhão de truculenta violência a toda e qualquer forma de civilidade e racionalidade espalhou sementes nocivas de ignorância primitiva no seio da frágil opinião pública brasileira. Tal evento histórico reforçou ou incutiu na alma daqueles dotados de pensamento crítico o sentimento gritante de urgência. Os que indignados, envergonhados, subjugados, humilhados ou de alguma forma agredidos por uma espécie de culto ao racismo, ao sexismo, ao capacitismo, à xenofobia, se consomem na angústia de recompor uma sociedade que regride miseravelmente, quando a urgência é por sanar o grave déficit evolutivo. A intelectual negra, militante brasileira influente pelo fim da desigualdade racial, Sueli Carneiro, produziu entre 2001 e 2010 relevantes artigos que, entre outros atributos, incentiva o letramento e a conscientização daqueles que ignoram ou desconhecem a própria realidade.

São trinta e cinco textos, distribuídos por nove capítulos que trazem Direitos Humanos, Indicadores Sociais, Racismo Contemporâneo, Cotas, Mercado de Trabalho, Gênero, Consciência Negra Global, Igualdade Racial, concluídos com uma visão do Tempo Presente.

É impossível tratar de forma consciente a intolerância, sem passar pela corrupção das relações humanas, sem evocar a memória das barbáries inexplicáveis da nossa história. Extermínios análogos ao massacre do Carandiru, a chacina da Candelária, a Chacina de Taquaruçu do Norte, se repetem no cotidiano de todos os estados da união, quando o anseio é que se extinguissem. Não se trata de abordar o assunto por excessos, mas de trazer integridade para o debate. É de certa forma cultural relativizar o debate para desqualificar o caráter estrutural da segregação no Brasil. A manutenção do racismo estrutural consiste em parte de amenizar o caráter perverso da segregação como meio de organização e relação social. Ao tratar dos direitos humanos, a autora traz ao debate os casos de Fabio Henrique Oliveira Santos, que foi espancado até a morte por 30 carecas em 1993, de Edson Neri da Silva, negro e homossexual barbaramente assassinado por 18 skinheads em fevereiro de 2000, de Jorge Paulo, negro em situação de rua e do pataxó Galdino, ambos queimados. Casos que de alguma forma se conectam com as chacinas mencionadas anteriormente, seja pela motivação, pela violência ou pela covardia de quem os promoveu. É razoável concluir que tais eventos são a progressão de atos vistos como menores que se tornam normais e justificáveis para seus praticantes até que culminem em atos insanos e covardes. Banalizar manifestações como o insulto, constrangimento, intimidação e perseguição é a forma mais comum de incentivo à barbárie, e à negação da diversidade humana como verdade. A autora coloca de forma assertiva as tentativas de desqualificar as lutas por reconhecimento dos direitos dos grupos minorizados. Estratégias contra políticas afirmativas normalmente são baseadas na negação da segregação, na negação de privilégios, mal escondidos por seletivos programas de inclusão ou na falácia da meritocracia e do empreendedorismo. Contradições como a do ex-ministro da educação que

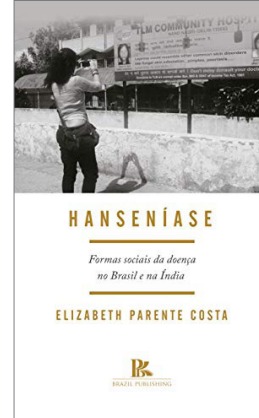
declara “Não queremos o inclusivismo”, e “Isso não quer dizer que eu estou excluindo” são largamente utilizados na tentativa malsucedida de camuflar e minimizar o preconceito. A autora usa exemplos como o livro *Não Somos Racistas* de Ali Kamel, ferramenta potente a serviço das forças contrárias às políticas de cotas. É imprescindível para evolução da sociedade brasileira que as políticas afirmativas e reparadoras avancem de forma rápida e consistente. Empreendimento que requer real engajamento de todas as camadas sociais, e aqui vale ecoar Angela Davis quando diz que “Numa sociedade racista, não basta não ser racista. É necessário ser antirracista”.

Trazendo de forma didática a conduta preconceituosa radicada na sociedade brasileira, a autora recorre ao teste comparativo efetuado por três revistas distintas, em diferentes épocas utilizando os mesmos métodos. Com três repórteres, um negro, um branco e um oriental. Em trajes semelhantes, os repórteres se fazem passar por consumidores, na região do comércio nobre de São Paulo e são abordados, atendidos e cobrados de formas distintas. Desse experimento é razoável concluir que o preconceito racial fragiliza inclusive as relações de consumo, onde o poder aquisitivo estabelece o padrão de oferta e entrega de produtos e serviços. Pode-se com isso entender que os grupos minorizados ou boa parte de seu contingente, não se apoderou da força propulsora de seu poder aquisitivo? Parte do mercado já entendeu esse poder. Ainda assim se movimenta lento e timidamente. Dinâmica conveniente que acena para a demanda social por diversidade sem arranhar o tecido social apodrecido pela perpetuação da intolerância.

A obra cumpre mais que a difícil função de lançar luz sobre as barbáries e incongruências do vínculo entre a sociedade brasileira e as práticas de intolerância. A compilação é propositiva, inteligente e sofisticada na construção de reflexões provocativas. Os escritos transcendem a revolta e indignação das chagas escancaradas na realidade brasileira pela crueldade de um IDH desprezível, do extermínio de jovens negros, do crescimento vergonhoso de homicídio de mulheres.

É fato que esse cenário caótico, violento e irracional foi produzido por seres humanos. A autora em sua obra é propositiva no sentido de convidar, numa civilidade constrangedora, ao engajamento num projeto de sociedade verdadeiramente democrática, livre de intolerância e discriminação. Entendendo que, se fundamentada na crença que sustenta a responsabilidade e dignidade humana, a mesma espécie humana que construiu esse caos pode e deve desconstruí-lo.

Ricardo José de Almeida
é pós-graduando do departamento de filosofia da USP



HANSENÍASE: FORMAS SOCIAIS DA DOENÇA NO BRASIL E NA ÍNDIA

Elizabeth Parente Costa

BRAZIL PUBLISHING, 2019, 126 p.

Hanseníase no Brasil e na Índia

Similaridades e diferenças socioculturais

Ter a oportunidade de escrever sobre o livro *Hanseníase Formas Sociais da Doença no Brasil e na Índia*, publicado em 2021, de autoria da Profa. Dra. Elizabeth Parente Costa é uma alegria. Conheci a autora por volta do ano 2010, através da sua irmã, Silvana Parente Costa, quando realizava o seu doutoramento no Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, e eu era médico assistente e professor daquela Instituição. Após a minha saída da USP e retorno a Bahia, até receber este convite, não havíamos mais nos contactado. Com surpresa e alegria aceitei esse convite. O livro aborda aspectos médicos e não médicos da hanseníase nos seus quatro ricos capítulos.

A autora faz uma análise da epidemiologia da hanseníase, no Brasil e no mundo, demonstrando que, em números absolutos, a Índia é o país com maior número de infectados do planeta, chegando a 127.295 casos no ano de 2011 e o Brasil a 33.955 pacientes. Entretanto, ao colocarmos nossas lentes sobre o percentual da população inteira, o Brasil ultrapassa a Índia, chegando a 1,75% de pessoas com hanseníase em nosso território,

contra 1,5% na Índia. Apenas essa introdução já nos revela a contudez e a importância de se aprofundar o conhecimento sobre a hanseníase. Nove países da África, Ásia e América Latina contribuem para 75% de todos os casos no planeta e incluem, obviamente, a Índia e o nosso Brasil.

A autora descreve seu interesse em seu estado de origem, o Ceará, onde, em Sobral, a Secretaria Municipal de Saúde deu valor ao conhecimento das rezadeiras locais e as imbuuiu como agentes de saúde. Dessa forma, conseguiu aumentar a detecção de casos, pois elas encaminhavam às unidades de saúde pessoas com suspeita dessa doença. É de se salientar que o preconceito e o medo em relação a hanseníase são seculares, ou milenares, e o papel da confiança depositada nas rezadeiras naquela região, como prática popular de catolicismo, está muito arraigado naquela terra, facilitando o diálogo e a abertura para se conversar sobre o assunto com os pacientes.

A hanseníase ou lepra é uma doença descrita desde 4000 a.C, no Egito, no papiro de Ramsés II. Na Índia antiga, no ano de 2000 a.C, nos Vedas, encontra-se descrição da doença. A doença é descrita em diversos momentos da Bíblia, sendo o mais clássico quando Jesus ressuscitou Lázaro, o leproso. A doença penetrou na Europa por volta do século V a.C, através do exército persa. Chegou à América Latina através das colonizações portuguesas e espanholas e com o tráfico de escravos negros. Por volta de 1600, chegou ao Brasil, principalmente descrita no Rio de Janeiro e em toda a costa litorânea do país, incluindo descrições na Bahia e estados como o Pará, São Paulo e sul do país. Não há descrições que os habitantes iniciais das Américas tinham ou conheciam a lepra. Sabe-se que foi solicitada ajuda à coroa portuguesa para lidar com esse problema no Brasil, que demorou quase dois séculos, para chegar, com a construção de asilos. Em 1920, Carlos Chagas criou o Departamento de Saúde Pública, sendo construídos leprosários, nessa época. Com o surgimento dos antibióticos, um processo de desospitalização se iniciou no mundo, principalmente a partir de 1953, e os pacientes puderam ser tratados em domicílio.

A autora utilizou arcabouços teóricos para estruturar seu trabalho, principalmente baseados em Laplantine, que descreveu um modelo endógeno e um exógeno para entendimento social da doença. No primeiro, os indivíduos acreditam que a doença tem origem interna, podendo vir de impurezas morais e até espirituais. Essa é a visão predominante na Índia. No segundo modelo, exógeno, as pessoas acham que a causa da doença é externa a elas, e vai desde vento, água, mau saneamento do ambiente e outros fatores. É o modelo predominante no Brasil.

A presença do preconceito sobre a doença é universal e existe há milênios, provavelmente tomando conta do inconsciente coletivo da humanidade. Muitos acreditam que havia algo divino nela ou mesmo uma impureza espiritual que pode levar ao aniquilamento social dos portadores de lepra. As pessoas eram estigmatizadas intencionalmente com marcas, se elas já não apresentassem deformidades pela doença. E, até hoje, podemos verificar esse fato no trabalho de campo da autora, em Sobral, onde a maioria das pessoas tinha dificuldade de dizer que tinha hanseníase (mancha), ou mesmo amenizava o problema, ou até mesmo negava que tinha a doença, mesmo estando sob tratamento específico para ela.

O livro contou com trabalhos de Campo da sua autora em três localidades: em Sobral, no Ceará, já descrito; em Mogi das Cruzes, onde entrevistou um senhor com hanseníase, que trabalhava como sapateiro e fabricante de órteses ortopédicas, em hospital daquela cidade, proveniente do Acre, onde viveu anos em leprosário com a sua família; e, por fim, a Elizabeth nos descreve uma visita a Nova Délhi, na Índia, onde fora a um hospital de hansênicos. A mesma nos brinda com alguma descrição sobre a religiosidade daquela antiga terra, bem como algo sobre o sistema de castas, que provavelmente contribui para manutenção da pobreza e níveis elevadíssimos de hanseníase naquele país. Existem fotos ilustrativas das visitas de campo que podem ser observadas no livro.

A Dra. Elizabeth verificou que há um aumento de casos de hanseníase,

infelizmente e, este fato, possivelmente se deve à má aderência ao tratamento, à dificuldade diagnóstica pelo medo de procurar serviço de saúde e receber esse diagnóstico, pelo medo do estigma de ser leproso. Muitas comunidades do Brasil herdaram termos como lazarento (proveniente de Lázaro, o ressuscitado) e morfético (morfeia era um antigo nome para hanseníase), como termos altamente pejorativos quando empregados.

O livro nos traz um alerta sobre o aumento da frequência de hanseníase no planeta e no nosso país, assim como é impossível esquecer os aspectos sócioeconômico-culturais, que são diretamente relacionados a presença dessa doença. De fato, a doença está diretamente associada à pobreza. Como no Brasil há vários “Brasis”, ela predomina nos núcleos mais pobres desse território. E, ainda, o trabalho da autora traz resultados de eficácia quando se envolvia membros da comunidade para auxiliar na detecção da hanseníase, na triagem, no reforço para manter o tratamento, bem como no sistema de saúde da família incorporado no Brasil. Ela trouxe um alerta de que as rezadeiras infelizmente não estão mais participando do programa de “Detecção de Manchas”. Uma realidade de nosso Brasil: mudam os governantes e as políticas públicas acertadas infelizmente não são perenes.

Agradecimentos

O autor agradece ao Sr. Luiz Fernando da Silva Assis e a Dra. Tereza J. Freire de Carvalho pela preciosa contribuição na revisão ortográfica do presente artigo.

Jozélio Freire de Carvalho
é Professor da faculdade de Medicina da Unime e
Prof. Adjunto do ICS UFBA. Livre docente da USP.